

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Aos Acionistas e Administradores da Goemil S.A. Indústria de Produtos Alimentícios

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Goemil S.A. Indústria de Produtos Alimentícios ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goemil S.A. Indústria de Produtos Alimentícios em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas

de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pelas auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as

eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração,

da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOMAHTSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PA	Ricardo Schenk Duque Contador CRC nº 1 RS 060571/O-0
---	---

Mulher acusada de golpe de R\$ 720 milhões contra mãe é solta no Rio

A Justiça do Rio concedeu liberdade provisória a Sabine Boghici, presa em agosto no ano passado após ser acusada de participação em um golpe milionário contra a própria mãe. Na ocasião, ela e mais cinco pessoas, incluindo suspeitas que se diziam videntes, foram alvo de uma operação da polícia que apurou desvios de dinheiro e de obras de arte estimados em mais de R\$ 720 milhões. A decisão é do juiz Guilherme Schilling Pollo Duarte, da 23ª Vara Criminal. O magistrado considerou que Sabine não é "pessoa de alto grau de periculosidade". Entre os crimes pelo quais ela e os demais acusados respondem estão estelionato, extorsão, roubo majorado, sequestro e cárcere privado - todos eles considerados "crimes continuados", alguns por até 40 vezes. Sabine havia sido presa em agosto do ano passado e teve a preventiva confirmada no mês seguinte. A decisão que concede liberdade provisória é de terça-feira, 14. A atriz terá que cumprir medidas cautelares. Elas incluem comparecimento mensal em juízo, proibição de deixar o Rio por mais de dez dias e de manter contato com a vítima e demais testemunhas. Ela também está proibida de se aproximar da mãe - deverá manter distância de pelo menos 500 metros - e terá de entregar o passaporte. Outra envolvida no caso, Rosa Stanesco Nicolau - uma das falsas videntes - teve a liberdade provisória negada pela Justiça. Segundo o juiz, Rosa "ostenta várias outras anotações (criminais), demonstrando possuir habitualidade em cometer crimes, razão pela qual sua custódia cautelar se mostra necessária como garantia da ordem pública, evitando-se a reiteração delituosa". A operação que levou Sabine e os demais à prisão foi realizada pela Polícia Civil em 10 de agosto do ano passado. Sabine foi acusada de subtrair 16 obras de arte da própria mãe, que incluíam peças de Tarsila do Amaral e Di Cavalcanti. Só um dos quadros, Sol Poente, de Tarsila, foi avaliado em R\$ 250 milhões. (AE)

MTST pede que Prefeitura de São Paulo desaproprie terrenos

DANIEL MELLO
AGÊNCIA BRASIL

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) está acampado - desde a última terça-feira (14) - em frente ao prédio da Prefeitura de São Paulo, no centro da capital. Seus integrantes reivindicam a desapropriação de dois terrenos ocupados na zona sul da cidade.

Segundo a coordenadora nacional do MTST, Debora Lima, à época da gestão do então prefeito Bruno Covas (falecido em 2021), o executivo municipal se comprometeu a destinar as áreas para moradia popular.

"O nosso movimento tinha acordos tratados desde a gestão de Bruno Covas, confirmados e apalavrados pelo [atual prefeito] Ricardo Nunes em 2021. Estavam dando andamento e, do nada, no início do ano, pararam o prosseguimento dos acordos com o movimento", disse Debora.

Tempo de espera

Em um dos terrenos, onde está a ocupação Nova Palestina, vivem cerca de 2 mil famílias. "Nós estamos com famílias esperando uma saída habitacional há mais de dez anos. A

gente tinha a perspectiva que isso ia acontecer por conta dos acordos que o movimento tinha com a prefeitura. E do nada, fomos pegos de surpresa, com o Ricardo Nunes deixando de prosseguir com esses acordos", salientou a a representante do MTST.

Em 2014, o movimento conseguiu convencer a prefeitura a mudar a destinação do terreno, que previa a implantação de um parque para que a área pudesse receber moradia popular.

Estão na ocupação em frente à prefeitura, aproximadamente 350 pessoas em esquema de revezamento, segundo Debora. "O pessoal trabalha, precisa cuidar dos filhos. Então, estamos em uma espécie de revezamento", acentuou.

A expectativa do movimento é receber uma resposta da prefeitura sobre as desapropriações até sexta-feira (17). A reportagem da Agência Brasil entrou em contato com a Prefeitura de São Paulo e aguarda posicionamento sobre a manifestação e as demandas do movimento.

O outro lado

A prefeitura de São Paulo, por meio de nota, informou que representantes do movimento

foram recebidos na quarta-feira (15) pelos secretários de Habitação, do Verde e Meio Ambiente e da Casa Civil. "Na ocasião, eles reiteraram que a prefeitura mantém diálogo permanente com os movimentos de moradia para tratar de demandas e projetos relacionados às organizações", disse o comunicado.

A administração municipal afirmou que liberou "recentemente" R\$ 40 milhões para implementação do conjunto habitacional Copa do Povo, em uma área ocupada pelo MTST há cerca de 10 anos na zona leste de São Paulo. O projeto tem parceria com o governo federal.

A Secretaria Municipal de Habitação afirmou ainda que, desde 2017, entregou 21 mil moradias em parceria com os governos estadual e federal. Além disso, no período foram disponibilizadas pela iniciativa privada, com incentivo da administração municipal, 14,3 mil unidades.

Por fim, a secretaria informou que lançou edital para a compra de 40 mil unidades habitacionais e vai financiar 14 mil moradias para serem construídas por organizações da sociedade civil.

Rio Grande do Norte tem terceira noite de ataques e serviços públicos param

RICARDO ARAÚJO
ESPECIAL PARA A AE

Com o número crescente de cidades com ataques criminosos ordenados por líderes de uma facção criminosa, o Rio Grande do Norte viveu mais uma madrugada de terror.

A terceira desde o início do que está sendo descrito como atos terroristas.

Serviços públicos básicos pararam. Incêndios em depósitos de pneus para reciclagem, automóveis e ônibus privados, máquinas agrícolas e transportes escolares não foram evitados mesmo com a chegada de parte da tropa estimada em 220 homens da Força Nacional, enviados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública na terça-feira, 14, após pedido da governadora Fátima Bezerra (PT).

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (Sesed/RN) acredita que as ordens para as ações criminosas partiram da Penitenciária

Estadual Rogério Coutinho Madruga, na Grande Natal, onde cumpria pena José Kemps Pereira de Araújo, um dos fundadores e líderes do Sindicato do Crime (SDC), facção criminosa criada a partir de uma rancha na célula local do Primeiro Comando da Capital (PCC) há pouco mais de uma década.

Com a nova onda de ataques registrada na capital e cidades do interior, prefeitos anunciaram a suspensão de serviços públicos em Unidades Básicas de Saúde, Escolas e transporte público. Em Caicó, no Seridó potiguar, a Câmara de Vereadores foi alvo de tiros durante a madrugada desta quinta-feira, 16.

O expediente e eventos previstos foram suspensos. A prefeitura fechou escolas, ginásios de esportes e bibliotecas. No município vizinho, Coronel Ezequiel, a população ficou amedrontada com os ataques na garagem oficial da prefeitura. "Perdemos três ônibus escolares, duas caçambas, um com-

pactador de lixo, dois tratores com grade, um carro da Secretaria de Obras, uma retroescavadeira e a Patrol está quase perdendo um veículo", relatou o prefeito Cláudio Marques.

Na tarde da quarta-feira, 15, Fátima Bezerra chegou a anunciar o retorno do transporte público às ruas de Natal e cidades vizinhas com apoio da Polícia Militar e Força Nacional.

Ao longo da noite, porém, novos ataques foram registrados contra ônibus e micro-ônibus. Na manhã desta quinta-feira, minutos após sair da garagem, um ônibus da empresa Conceição foi incendiado e as empresas decidiram recolher a frota integralmente. As ruas de Natal estão desertas e a população, amedrontada.

Os serviços de educação, saúde e coleta de lixo estão suspensos. Muitos trabalhadores não conseguiram chegar aos seus locais de trabalho. O número de cidades com registros de atos criminosos ordenados passou de 30.

Polícia não indiciou Thiago Schutz por ameaça contra atriz: 'menor potencial'

A Polícia Civil de São Paulo encaminhou o caso à Justiça, mas não indiciou o influenciador Thiago Schutz, que ficou conhecido como "Calvo do Campari", pelas acusações de ameaça contra a atriz e humorista Livia La Gatto, conforme informou a Secretaria de Segurança Pública (SSP) ao Estadão nesta quinta-feira, 16. O caso ganhou repercussão após a atriz expor as mensagens recebidas de Thiago Schutz. O influenciador, que virou meme nas redes sociais após viralizar com um vídeo em que exemplifica suposta manipulação de uma mulher que oferece cerveja a um homem que bebe Campari - daí o apelido "Coach do Campari" ou "Calvo do Campari" -, se ofendeu com um vídeo da artista. Sem citar o nome dele, a sátira ironizava homens que propagam machismo e misoginia (ódio contra as mulheres). Depois, Schutz mandou a seguinte mensagem para a atriz no Instagram: "Você tem 24 horas para retirar seu conteúdo sobre mim. Depois disso é processo ou bala. Você escolha". Livia La Gatto representou criminalmente contra o influenciador e foi ouvida pela Polícia Civil de São Paulo, que abriu inquérito no 27º Distrito Policial. Na sexta-feira, 10, a defesa de Schutz informou ao Estadão que ele já havia prestado depoimento. Nas redes sociais, ele disse ter sido mal interpretado e ser incapaz de atirar em alguém. Foi também na sexta que a polícia diz ter encaminhado o caso ao Poder Judiciário. Informou ainda não ter indiciado o investigado "por se tratar de crime de menor potencial ofensivo" (que são aqueles cuja pena máxima é de até dois anos, como é o caso dos crimes de ameaça de lesão corporal leve, por exemplo). O Tribunal de Justiça de São Paulo apenas disse à reportagem que o "caso tramita em segredo de Justiça". (AE)



Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

Relatório da Administração 2022

Introdução: A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., em conformidade com as disposições estatutárias legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Companhia:** A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias do Araguaia" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, constituída em 22 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 12.c das Demonstrações Financeiras da Companhia. A sede da Companhia está localizada no município de Anápolis - GO. A Companhia possui algumas obrigações a serem cumpridas antes do início da cobrança das praças de pedágio. Dentre elas destacam-se: (i) obras a serem entregues nos primeiros 6 meses da concessão: 19 Bases de Serviços Operacionais e o início da operação com atendimento médico de emergência, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio; e (ii) obras com 12 meses da concessão: implantação de 9 praças de pedágio, 2 pontos de parada e descanso para caminhoneiros, além dos trabalhos iniciais que incluem diversas frentes para melhorar o trecho rodoviário e oferecer condições mínimas de segurança viária. Após realizadas as obras, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, realizou as vistorias de acordo com suas prerrogativas e edital de concessão e autorizou o início da cobrança de pedágio a partir de 03 de outubro de 2022. **Destques operacionais e financeiros:** O volume de tráfego atingiu 11.282 mil veículos equivalentes pagantes em 2022. A receita líquida atingiu R\$880,7 milhões em 2022. A receita líquida ajustada (excluindo a receita de construção) totalizou R\$107,0 milhões em 2022. O EBITDA ajustado² totalizou R\$25,8 milhões em 2022 e a margem EBITDA ajustada², 24,1%.

Destques (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Volume de tráfego ¹	11.282	-	n.m.
Tarifa Média	10,35	-	n.m.
Receita líquida	880,7	19,5	n.m.
EBITDA Ajustado ²	25,8	(11,5)	n.m.
Margem EBITDA Ajustada ²	24,1%	n.m.	n.m.
Capex	875,2	442,0	98,0%

Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R\$) - Vigente em 31/12/2022											
Pça.	Categoria de veículo										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
P1	8,30	16,60	12,45	24,90	16,60	33,20	41,50	49,50	58,10	66,40	4,15
P2	11,40	22,80	17,10	34,20	22,80	45,60	57,00	68,40	79,80	91,20	5,70
P3	11,00	22,00	16,50	33,00	22,00	44,00	55,00	66,00	77,00	88,00	5,50
P4	10,60	21,20	19,65	31,80	21,20	42,40	53,00	63,60	74,20	84,80	5,30
P5	13,10	26,20	19,65	39,30	26,20	52,40	65,50	78,60	91,70	104,80	6,55
P6	13,10	26,20	19,65	39,30	26,20	52,40	65,50	78,60	91,70	104,80	6,55
P7	14,20	28,40	21,30	42,60	28,40	56,80	71,00	85,20	99,40	113,60	7,10
P8	13,10	26,20	19,65	39,30	26,20	52,40	65,50	78,60	91,70	104,80	6,55
P9	13,10	26,20	19,65	39,30	26,20	52,40	65,50	78,60	91,70	104,80	6,55

Receita bruta: A receita bruta totalizou R\$890,4 milhões em 2022. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$9,7 milhões. **Receita de Pedágio:** R\$116,7 milhões em 2022, devido ao início da cobrança de pedágio nas nove praças das rodovias BR-153/414/080/TO/GO em 03 de outubro de 2022; **Receita de Construção:** R\$773,7 milhões em 2022, devido ao maior volume de obras no período.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Receitas de Pedágio	116,7	-	n.m.
Receita de Construção	773,7	19,5	n.m.
Total	890,4	19,5	n.m.

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$909,9 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2022.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2022	2021	Acumulado até 2020
Receitas de Pedágio	116,7	-	-
Receita de Construção	773,7	19,5	-
Total	890,4	19,5	-

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$877,2 milhões em 2022. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$81,2 milhões. As principais variações foram:

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Pessoal	16,4	2,5	n.m.
Conservação e manutenção	2,8	0,0	n.m.
Serviços de terceiros	39,5	4,8	n.m.
Seguros, Poder Concedente e Locações	15,5	3,5	n.m.
Outros	7,1	0,7	n.m.
Custos caixa	81,2	11,5	n.m.
Depreciação e amortização	22,3	0,1	n.m.
Provisão para manutenção	-	-	n.m.
Custo de construção	773,7	19,5	n.m.
TOTAL	877,2	31,1	n.m.

Pessoal: R\$16,4 milhões em 2022, aumento de R\$13,8 milhões devido às despesas com salários, benefícios e encargos incorridas pelo início das atividades operacionais; **Conservação e manutenção:** R\$2,8 milhões em 2022, devido, principalmente, às despesas com limpeza manual e material de sinalização; **Serviços de terceiros:** R\$39,5 milhões em 2022, aumento de R\$34,7 milhões devido, principalmente, ao incremento dos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela controladora indireta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., serviços de ambulâncias, resgastes e vigilância; **Seguros, poder concedente e locações:** R\$15,5 milhões em 2022, aumento de R\$12,0 milhões em função, principalmente, da taxa de fiscalização e locação de veículos leves; **Outros:** R\$7,1 milhões em 2022, aumento de R\$6,4 milhões, principalmente, pelos gastos com combustíveis de veículos pesados, água e luz; **Depreciação e amortização:** R\$22,3 milhões em 2022, aumento R\$ 22,2 milhões devido ao início da amortização dos bens da concessão, em função do início da arrecadação; e **Custo de construção:** R\$773,7 milhões em 2022, aumento R\$754,2 milhões, devido ao maior volume de obras no período. O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$908,3 milhões corresponde aos custos e despesas operacionais desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2022.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2022	2021	Acumulado até 2020
Custos	877,2	31,1	-

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **EBITDA:** Em 2022, o EBITDA totalizou R\$25,8 milhões. O EBITDA ajustado³, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$25,8 milhões, aumento de 37,3 p.p. em relação a 2021 e margem EBITDA ajustada³ de 24,1%.

EBITDA (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Lucro líquido do período	18,7	0,8	n.m.
Depreciação e amortização	22,3	0,1	n.m.
Resultado Financeiro	(25,1)	(12,8)	95,5%
Imposto de renda e contribuição social	9,9	0,4	n.m.
Receita de Construção	773,7	-	n.m.
Custo de Construção	(773,7)	-	n.m.
EBITDA ¹	25,8	(11,5)	n.m.
Margem EBITDA ¹	3,1%	n.m.	n.m.
Provisão para manutenção ²	-	-	n.m.
EBITDA Ajustado ³	25,8	(11,5)	n.m.
Margem EBITDA Ajustada ³	24,1%	n.m.	n.m.

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

² Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção.

Volume de tráfego: O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 11.282 mil em 2022, sendo 2.293 mil veículos leves e 8.989 mil veículos pesados. A Ecovias do Araguaia iniciou a cobrança de pedágio nas nove praças das rodovias BR-153/414/080/TO/GO em 03 de outubro de 2022.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2022	2021	Var.
Leves	2.293	-	n.m.
Pesados	8.989	-	n.m.
Total	11.282	-	n.m.

Nota: Veículo equivalente é uma unidade de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão. Caracterização do Tráfego: A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês no ano base, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente.



Tarifa e tarifa média: A tarifa média por veículo equivalente pagante foi de R\$10,35 em 2022.

Tarifa Média (em R\$)	2022	2021	Var.
Ecovias do Araguaia	10,35	-	n.m.

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo, vigente em 31 de dezembro de 2022.

Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R\$) - Vigente em 31/12/2022											
Pça.	Categoria de veículo										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
P1	8,30	16,60	12,45	24,90	16,60	33,20	41,50	49,50	58,10	66,40	4,15
P2	11,40	22,80	17,10	34,20	22,80	45,60	57,00	68,40	79,80	91,20	5,70
P3	11,00	22,00	16,50	33,00	22,00	44,00	55,00	66,00	77,00	88,00	5,50
P4	10,60	21,20	19,65	31,80	21,20	42,40	53,00	63,60	74,20	84,80	5,30
P5	13,10	26,20	19,65	39,30	26,20	52,40	65,50	78,60	91,70	104,80	6,55
P6	13,10	26,20	19,65	39,30	26,20	52,40	65,50	78,60	91,70	104,80	6,55
P7	14,20	28,40	21,30	42,60	28,40	56,80	71,00	85,20	99,40	113,60	7,10
P8	13,10	26,20	19,65	39,30	26,20	52,40	65,50	78,60	91,70	104,80	6,55
P9	13,10	26,20	19,65	39,30	26,20	52,40	65,50	78,60	91,70	104,80	6,55

¹ Cálculo realizado de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022.

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia. ³ Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção. **Resultado financeiro:** O resultado financeiro líquido em 2022 foi positivo em R\$25,1 milhões, aumento de 95,5% em relação aos R\$12,8 milhões em 2021 em função do maior volume de receitas sobre aplicações financeiras.

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	2022	2021	Var.
Juros sobre Debêntures	(21,3)	-	n.m.
Variação monetária sobre debêntures	(3,3)	-	n.m.
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(0,6)	-	n.m.
Juros Capitalizados	7,9	-	n.m.
Receitas de aplicações financeiras	46,8	13,5	n.m.
Outros efeitos financeiros	(4,5)	(0,7)	n.m.
TOTAL	25,1	12,8	95,5%

Lucro do Exercício: Em 2022, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$18,7 milhões, aumento de R\$17,9 milhões em relação a 2021.

Disponibilidade Financeira e Endividamento: A Ecovias do Araguaia encerrou o exercício de 2022 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo de R\$211,8 milhões e dívida bruta, composta por debêntures, no valor de R\$609,0 milhões, sendo 96,6% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com o Poder Concedente era de R\$1,0 milhão e a dívida com Passivo de Arrendamento era de R\$41,6 milhões. A dívida líquida encerrou o ano em R\$397,2 milhões. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 13, 14 e 17 das Demonstrações Financeiras.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/12/2022	31/12/2021	Var.
Curto Prazo	20,8	-	n.m.
Debêntures	20,8	-	n.m.
Longo Prazo	588,2	-	n.m.
Debêntures	588,2	-	n.m.
Dívida Bruta ¹	609,0	-	n.m.
Obrigações com Poder Concedente	1,0	0,9	8,7%
Passivo de Arrendamento	41,6	-	n.m.
Endividamento Bruto	651,6	0,9	n.m.
Caixa e equivalentes de caixa	211,8	419,5	-49,5%
Endividamento Líquido	439,8	(418,6)	n.m.
Dívida Líquida ¹	397,2	(419,5)	n.m.

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar

Investimentos: Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$875,2 milhões em 2022.

CAPEX (em milhões de R\$)	2022		
	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção/Construção	Total
Ecovias do Araguaia	874,6	0,5	875,2
CAPEX (em milhões de R\$)	2022	2021	2020
Hardware e equipamentos de pedágio	70,4	2,1	-
Máquinas e equipamentos/móveis e utensílios	10,8	0,1	-
Contrato de concessão	114,0	385,1	-
Intangível em andamento	675,7	54,6	-
Software de terceiros	4,1	0,2	-
Total	875,2	442,0	-

A tabela abaixo demonstra os valores dos investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R\$)	2022	2021	Acumulado até 2020
Intangível	793,9	439,8	-
Imobilizado	81,3	2,2	-
Total	875,2	442,0	-

Valor Adicionado: Em 2022, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$31,9 milhões, isto é, 3,6% de representatividade em relação à receita operacional bruta, 49,1 p.p. superior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi negativo de R\$8,9 milhões e a representatividade de (-45,5%).

Demonstração do Valor Adicionado (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Valor adicionado líquido	31,9	(8,9)	n.m.
Receita operacional bruta	890,4	19,5	n.m.
Representatividade	3,6%	-45,5%	49,1 p.p.

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2022 foi de R\$5,4 milhões.

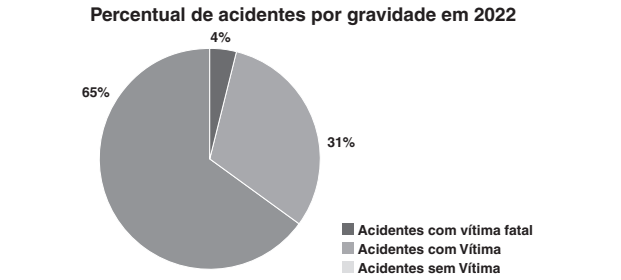
Impostos Municipais repassados (em milhões de R\$)	2022	2021	Acumulado até 2020
ISS - Imposto Sobre Serviço	5,4	-	-

Dividendos e Juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O valor de R\$182 mil

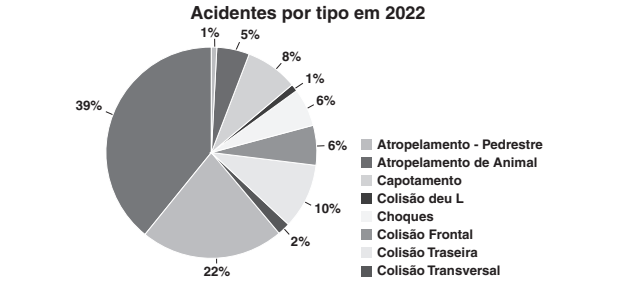
pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, refere-se ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2021, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2022. O saldo de dividendos no valor de R\$4.434 mil, registrado no passivo circulante refere-se ao dividendo mínimo obrigatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e a Companhia tem a expectativa de pagá-lo em menos de doze meses, a depender de deliberação da próxima Assembleia Geral Ordinária. **Planejamento e Gestão empresarial:** O êxito que a Companhia vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes deve-se, em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. Em 2022, a Companhia manteve a certificação na ISO 9001:2015 - Sistema de Gestão da Qualidade. Esse sistema tem como objetivo a melhoria contínua a partir de seus princípios fundamentais: • Foco no cliente; • Liderança; • Abordagem do processo; • Melhoria; • Tomada de decisão baseada em evidência; • Gestão de relacionamento. **Recursos Humanos:** Em 2022, a Concessionária investiu R\$19,2 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. Os funcionários alocados na concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2022. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	(Qtde/VDMA)*10.000
Analista Planejamento Obras	2	0,13
Auxiliar Sistema Rodoviário	18	1,13
Controlador CCO	4	0,25
Controlador Sistema Rodoviário	17	1,07
Coordenador Conservação	1	0,06
Coordenador Operações Rodovias	2	0,13
Engenheiro PL	1	0,06
Fiscal Faixa de Domínio	2	0,13
Operador Pedágio	206	12,97
Operador Tráfego	42	2,64
Operador CCO	8	0,50
Supervisor de Sistema Rodoviário	3	0,19
Supervisor de Tráfego	2	0,13
Técnico em Engenharia	2	0,13
Técnico em Segurança do Trabalho	2	0,13
Total de Pessoal - Operacional	312	19,64
Analista/Assistente	10	0,63
Coordenador RH/Sustentabilidade/ Jurídico/Comunicação	4	0,25
Gerência/Diretoria	3	0,19
Total de Pessoal - Pedágio	17	1,07
Total de Pessoal - Concessionária	329	20,71

Indicadores Operacionais: *Segurança no Trânsito: Acidentes:* Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



Dados de Operação da Concessão: *Veículos Alocados:* Os veículos alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados de 2022. Com o objetivo de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais: A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias do Araguaia" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 22 de novembro de 2011, e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 12.c). A sede da Companhia está localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 500 - Jundiá, no município de Anápolis - GO. As ações da Companhia são de titularidade da Holding do Araguaia S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. A Companhia possuía algumas obrigações a serem cumpridas antes do início da cobrança das praças de pedágio, prevista para o início em outubro de 2022. Dentre elas destacam-se: i) obras a serem entregues nos primeiros 6 meses da concessão: 19 Bases de Serviços Operacionais e o início da operação com atendimento médico de emergência, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio; e ii) obras com 12 meses da concessão: implantação de 9 praças de pedágio, 2 pontos de parada e descanso para caminhoneiros, além dos trabalhos iniciais que incluem diversas frentes para melhorar o trecho rodoviário e oferecer condições mínimas de segurança viária. Após realizadas as obras, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, realizou as vistorias de acordo com suas prerrogativas e edital de concessão e autorizou o início da cobrança de pedágio a partir de 03 de outubro de 2022. Em 15 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19: Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Grupo EcoRodovias vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos estaduais e federal em que o Grupo atua. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia entende que não há outros impactos relevantes a serem comentados, uma vez que o tráfego de veículos leves e pesados, principal indicador impacto pela COVID-19, já apresentou recuperação a níveis pré-pandemia. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia. c) ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - *Environmental, Social and Governance* na sigla em inglês): A estratégia do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, para a abordagem das mudanças climáticas segue duas vertentes. A primeira, focada na mitigação das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE), estabelece diretrizes para a redução das emissões decorrentes das suas atividades de concessão rodoviária e portuária. Ao longo de 2022, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização, considerando uma perspectiva de longo prazo (2030). Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. A segunda vertente versa sobre os impactos decorrentes das mudanças climáticas - adaptação. O Grupo EcoRodovias estabeleceu estudos neste sentido, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos. Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda de receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos), custos diretos para saneamento do evento, seguros, jurídicos e de multas. Os resultados dos trabalhos foram incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados: a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) **O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingir o coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros;** e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos

subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (vide Nota Explicativa nº 21). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantido para negociação; ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota Explicativa nº 11 Intangível, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. c) **Provisões gerais:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. e) Custos das debêntures: Os custos das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos diretos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI); no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. A Companhia possui mecanismo de Desconto Básico de Tarifa (DBT), no qual os usuários que utilizarem meios de pagamento eletrônico e identificação automática de veículo (AVI), terão direito a um desconto incondicional de 5% (cinco por cento) sobre a tarifa de pedágio. Em relação ao Desconto Básico de Tarifa (DBT), uma vez que é um desconto incondicional, a receita é demonstrada pelo seu valor líquido, ou seja, 95% do valor da Tarifa Base de Pedágio. g) Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). h) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e vigentes: Não houve mudanças significativas nas normas internacionais de contabilidade em 2022. Embora o IASB tenha feito algumas alterações nas normas que se aplicam a partir de 1º de janeiro de 2022, elas são em grande parte esclarecimentos. Dessa forma, nenhuma das referidas alterações exigiu alteração nas políticas contábeis da Companhia, tampouco gerou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações. i) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenants* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de

2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. j) Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. k) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. l) Demonstração do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4. Principais Usos de Estimativas e Julgamentos: A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **Contabilização do Contrato de Concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefícios econômicos futuros / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. **Capitalização dos custos de debêntures:** Conforme descrito na Nota Explicativa 3.e, a Companhia capitaliza os custos de debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. **Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 8,72% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa: Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos.....	6.073	4
Aplicações financeiras:		-
Fundo de investimento (a).....	151.064	391.713
Aplicações automáticas (b)	215	235
	<u>157.352</u>	<u>391.952</u>

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 100,0% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,4% em 31 de dezembro de 2022 (103,1% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

	31/12/2022	31/12/2021
Recursos não vinculados	<u>7.767</u>	<u>27.570</u>
	<u>7.767</u>	<u>27.570</u>

Em 31 de dezembro 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa de 103,4% do CDI, vinculado ao fundo de investimento, remunerado à taxa média ponderada de 103,4% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui Liquidez

Continuação

Diária. Em 31 de dezembro de 2021, os recursos referiam-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerados à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possuía carência até 13 de junho de 2022.

7. Aplicações Financeiras - Conta Reserva - Vinculados: As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de investimento	46.704	-
	46.704	-
Circulante	23.310	-
Não circulante.....	23.394	-

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva por estarem vinculadas ao processo de liquidação das Debêntures da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal.

8. Clientes: Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico (a).....	29.683	-
Outras contas a receber	176	-
	29.859	-

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	29.859	-
	29.859	-

9. Outros Créditos - Conta Reserva - ANTT: Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a Companhia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, sendo sua contrapartida na rubrica "Obrigações com Poder Concedente", cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequent e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da Companhia. Em 26 de agosto de 2022, a conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante registrado à título de "receita de aplicação financeira" é de R\$37.628. Adicionalmente, conforme clausula 11 do contrato de concessão, é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para eventual utilização em futuros reequilíbrios contratuais dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão.

10. Imobilizado: Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - % ..	20,0	10,0	10,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	22,8	5,3	7,8	-
	Custo			
Saldo em 31/12/2021	2.140	-	59	2.199
Adições.....	70.433	4.274	6.558	81.265
Baixas.....	(112)	-	(605)	(717)
Transferências	-	1.082	202	1.284
Saldo em 31/12/2022	72.461	5.536	6.214	84.031
	Depreciação			
Saldo em 31/12/2021	(111)	-	(2)	(113)
Adições.....	(8.500)	(170)	(230)	(8.900)
Saldo em 31/12/2022	(8.611)	(170)	(232)	(9.013)
	Residual			
Saldo em 31/12/2022	63.850	5.186	5.982	75.018
Saldo em 31/12/2021	2.029	-	57	2.086
	Hardwares	Móveis e utensílios	Móveis e utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	10,4	6,8	-	-
	Custo			
Saldo em 31/12/2020	-	-	-	-
Adições.....	2.140	59	-	2.199
Saldo em 31/12/2021	2.140	59	-	2.199
	Depreciação			
Saldo em 31/12/2020	-	-	-	-
Adições.....	(111)	(2)	-	(113)
Saldo em 31/12/2021	(111)	(2)	-	(113)
	Residual			
Saldo em 31/12/2021	2.029	57	-	2.086
Saldo em 31/12/2020	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

11. Intangível: Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Contrato de concessão (I)	Intangível em andamento (II)	Software de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - % ..	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - % ..	(iii)	-	22,2	-	-
	Custo				
Saldos em 31/12/2021.....	1.469.664	54.595	184	-	1.524.443
Adições.....	118.067	675.723	4.136	47.768	845.694
Baixas.....	(305)	-	-	-	(305)
Transferências	100.415	(101.699)	-	-	(1.284)
Saldos em 31/12/2022.....	1.687.841	628.619	4.320	47.768	2.368.548
	Amortização				
Saldos em 31/12/2021.....	-	-	(3)	-	(3)
Adições.....	(6.434)	-	(499)	(6.464)	(13.397)
Saldos em 31/12/2022.....	(6.434)	-	(502)	(6.464)	(13.400)
	Residual				
Em 31/12/2022.....	1.681.407	628.619	3.818	41.304	2.355.148
Em 31/12/2021.....	1.469.664	54.595	181	-	1.524.440
	Contrato de concessão (I)	Intangível em andamento (II)	Software de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - % ..	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - % ..	(iii)	-	3,3	-	-
	Custo				
Saldos em 31/12/2020.....	-	-	-	-	-
Adições.....	1.469.664	54.595	184	-	1.524.443
Saldos em 31/12/2021.....	1.469.664	54.595	184	-	1.524.443

	Contrato de concessão (I)	Intangível em andamento (II)	Software de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
	Amortização				
Saldos em 31/12/2020.....	-	-	-	-	-
Adições.....	-	-	(3)	-	(3)
Saldos em 31/12/2021.....	-	-	(3)	-	(3)
	Residual				
Em 31/12/2021.....	1.469.664	54.595	181	-	1.524.440
Em 31/12/2020.....	-	-	-	-	-

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de dezembro de 2022, as principais adições nesta rubrica referem-se a: implantações de infraestrutura para as praças de pedágios. (ii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2022 referem-se a: trabalhos iniciais para operação na rodovia (projeto funcional, implantação de bases operacionais, implantação de praças de pedágio, reabilitação de: pavimento, elementos de proteção, sistema de drenagem, canteiro central e faixa de domínio). (iii) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2022 foram de 0,40% a.a. A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2022. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis a Companhia, resultando em: 10,45% a.a. (13,79% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício.

12. Imposto de Renda e Contribuição Social: Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. a) **Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanco patrimonial	Resultado
	31/12/2021	Adições Baixas 31/12/2022 31/12/2022
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD.....	-	(8) - (8) (8)
Juros capitalizados.....	-	(2.681) - (2.681) (2.681)
Provisão para férias diretores/stock option	-	5 (5) - -
IR e CS diferido - ativo/ (passivo) (i).....	-	(2.684) (5) (2.689)
Receita/(despesa) de IR e CS diferido.....	-	- (2.689) (2.689)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro, parágrafo 73, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 R\$2.689 no passivo não circulante e registrou R\$2.689 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício. A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2022	31/12/2021
2023.....	(537)	-
2024.....	(538)	-
2025.....	(538)	-
2026.....	(538)	-
2027.....	(538)	-
	(2.689)	-

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social.....	28.588	1.181
-Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada.....	(9.720)	(402)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva: Despesas indedutíveis.....	(9)	-
Gratificações Diretores/PPR.....	(120)	(36)
Incentivos fiscais (PAT)	129	3
Outros.....	(197)	24
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	(9.917)	(411)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.228)	(411)
Impostos diferidos	(2.689)	-
Taxa efetiva.....	34,7%	34,8%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social - Consolidado: A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

Companhia	Natureza
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a).....	Controladora Indireta
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b).....	Controladora Indireta
Holding Araguaia (b).....	Controladora direta
Itinerar Construções Ltda. (c)	Outras partes relacionadas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.(d)	Outras partes relacionadas
ICCR 153 S.A (e).....	Outras partes relacionadas
Total em 31 de dezembro de 2022	201 - 38.780
Total em 31 de dezembro de 2021	201 263.629
	73 1.898

(a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controladora indireta da Companhia, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$23.197, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto de R\$2.234 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (b) O saldo refere-se à reembolso de despesas. (c) A Itinerar Construções Ltda., prestou serviço de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes era de R\$3.786.883. O prazo para execução desses trabalhos é em 15 de janeiro de 2057. Em 31 de Dezembro de 2022, não há saldo em aberto a pagar. Em 01 de dezembro de 2022, o referido contrato foi cedido para a ICCR 153 S.A. (d) O saldo refere-se a transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores. (e) A ICCR 153 S.A., cessionária do contrato da Itinerar Construções, prestará serviço de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$3.786.883. O prazo para execução desses trabalhos será em 15 de janeiro de 2057. O saldo em aberto de R\$38.780 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. **Remuneração dos administradores:** Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, previdência privada e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício provisão IR/CS.....	-	-
Despesa IR/CS DRE	7.228	411
Total de IR/CS pagos	(246)	(411)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	6.982	-

13. Debêntures: A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	31/12/2022	31/12/2021
1ª Emissão	07/2051	IPCA + 6,66% a.a.	609.000	-
			609.000	-
Circulante			20.838	-
Não circulante.....			588.162	-

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	-	-
Adições.....	582.902	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21).....	26.098	-
Saldo no fim do exercício.....	609.000	-
Circulante.....	20.838	-
Não circulante.....	588.162	-

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	-	-
Adições.....	582.902	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21)	26.098	-
Saldo no fim do exercício	609.000	-
Circulante	20.838	-
Não circulante.....	588.162	-

1ª Emissão de Debêntures: Em 04 de julho de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a 1ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$600.000, na data de emissão, pela Companhia, as quais foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de melhores esforços de colocação. As debêntures contam com o incentivo fiscal, para os debenturistas que adquiriram os referidos papéis, previsto no artigo 2º da Lei 12.431, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Resolução do Conselho Monetário Nacional "CMN") nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, na Resolução CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, sendo a totalidade dos recursos captados aplicados no custeio das despesas já incorridas nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da oferta, no pagamento de dívidas contratadas e de novos investimentos relativos a Concessão, tendo em vista o enquadramento do projeto ("Contrato de Concessão"), como projeto prioritário pelo Ministério da Infraestrutura, por meio da Portaria do MI nº 1.143, expedida em 30 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 01 de outubro de 2021. A emissão é composta por 60.000 (sessenta mil) debêntures pelo valor nominal de R\$10, na data de emissão. O prazo de vencimento das debêntures será de 349 meses contados da data de emissão, vencendo-se as debêntures, portanto em 15 de julho de 2051, sendo que o pagamento do principal será realizado em 51 parcelas semestrais consecutivas, devidas sempre nos dias 15 de janeiro e julho, sendo que a primeira será devida em 15 de julho de 2026, e os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, sempre nos dias 15 de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2023. As referidas debêntures serão remuneradas pelo IPC-A+6,66% a.a. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 14 de julho de 2022. O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"), que serão medidos ao longo do contrato: (i) emissora: (a) EBITDA Ajustado, será apurado à partir de 2026; (b) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, será apurado à partir de 2034; e (ii) fiadora EcoRodovias Concessões e Serviços (c) Dívida líquida/EBITDA Ajustado será apurado à partir de 31 de dezembro de 2022. Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com referidos índices:

Emissão	Descrição da cláusula	Requerido	Atingido
1ª emissão.....	Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	≤5,5x	3,77
A Companhia está adimplente com todas as demais cláusulas restritivas do referido contrato. Os <i>covenants</i> não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:			

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Série única..	15/06/2022	593.150	(8.525)	584.625	IPCA + 6,66%	12,47%
		593.150	(8.525)	584.625		

14. Passivo de Arrendamento: As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento.....	41.601	-
Circulante	9.669	-
Não circulante.....	31.932	-

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	-	-
Adições.....	47.768	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21)	878	-
Pagamento principal.....	(6.167)	-
Pagamento de juros.....	(878)	-
Saldo no fim do exercício	41.601	-

15. Partes Relacionadas: A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

	Ativo		Passivo		Resultados	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Custo	Despesas
Prezisa	-	8.193	2.234	-	5.255	10.201
Prezisa	-	-	24	-	-	-
Prezisa	-	-	26	-	-	-
Adas	-	216.656	-	-	-	-
Adas	201	-	-	-	-	10.201
Adas	-	38.780	38.780	-	-	-
	201	263.629	41.064	-	5.255	20.402
	73	1.898	5.670	1.232	2.391	73

Continuação

no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Adição		Efeito	
	31/12/2021 (Intangível)	Pagamento	Financeiro	31/12/2022
Constituição da provisão para obras futuras.....	13.394	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre constituição.....	(1.404)	-	-	(1.404)
Realização da construção.....	-	(517)	-	(517)
Ajuste a valor presente - realizações.....	-	-	619	619
Atualização Monetária.....	11.990	4.560	(517)	16.033
Circulante.....	876	-	-	876
Não circulante.....	11.114	-	-	11.114

	Adição		Efeito	
	31/12/2020 (Intangível)	Pagamento	Financeiro	31/12/2021
Constituição da provisão para obras futuras.....	-	13.394	-	13.394
Efeito do valor presente sobre constituição.....	-	(1.404)	-	(1.404)
Circulante.....	-	11.990	-	11.990
Não circulante.....	-	-	876	876
				11.114

17. Obrigações com Poder Concedente:

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de Fiscalização (a).....	994	914
Conta reserva (b).....	1.123.688	1.072.617
	1.124.682	1.073.531
Circulante.....	8.765	914
Não circulante.....	1.115.917	1.072.617
A movimentação está demonstrada a seguir:		
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	1.073.531	-
Adição Principal.....	-	1.430.120
Custo (vide Nota Explicativa nº 20).....	11.190	2.536
Retenção sobre tarifa.....	13.444	-
Rendimento de aplicação conta reserva.....	37.628	-
Pagamento do principal.....	(11.111)	(359.125)
Saldo no fim do exercício.....	1.124.682	1.073.531

a) **Taxa de fiscalização:** O valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$9.732 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2022, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$994 (R\$914 em 31 de dezembro de 2021). b) **Conta reserva:** Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada. Em 26 de agosto de 2022, a controlada Ecovias do Araguaia, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - "ANTT", assinou com o Banco Bradesco S.A., contrato de prestação de serviços de depositário, no qual foram definidos os termos para as alocações das "Contas Vinculadas", de acordo com o Contrato de Concessão. A conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. Adicionalmente, conforme cláusula 11 do contrato de concessão é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para utilização em eventuais futuros reequilíbrios contratuais, dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. c) **Informações sobre o Contrato de Concessão:** **Contratante:** Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. **Data da assinatura:** 29 de setembro de 2021 (início do prazo da concessão em 08 de outubro de 2021, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens). **Valor da outorga:** R\$1.430.120 sendo (i) R\$357.503, pagos em 1 parcela à vista antecipadamente à assinatura do contrato; e (ii) R\$1.072.617, valor alocado na Conta Aporte, que possui a função de garantir a sustentabilidade econômico-financeira da Concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto de Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados). **Objeto da Concessão:** Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO, composto pelos trechos da (i) BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (ii) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); (iii) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B), mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. **Índice de reajuste:** IPC-A. **Data de reajuste:** 03 de outubro de cada ano. **Prazo de vigência:** 08 de outubro de 2056. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do Poder Concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso fortuito, força maior, fato da administração ou fato do príncipe. Nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assuma o objeto do Contrato, o prazo de vigência poderá ser estendido nos termos da legislação, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. **Recursos vinculados:** Conforme cláusula 11 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora e da Conta de Aporte para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial; (ii) compensações decorrentes do acionamento ao Mecanismo de Mitigação; (iii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iv) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (v) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão. Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a (i) 3% (três por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e (ii) 7% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. **Casos de extinção:** Conforme cláusula 30 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. **Reversão dos Bens:** Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita e o custo de construção totalizaram R\$773.657 (R\$19.493 em 31 de dezembro de 2021), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do contrato de concessão. A Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2022, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2022	31/12/2021
Natureza dos custos		
Melhorias na infraestrutura.....	3.644.806	3.684.154
Conservação especial (manutenção).....	3.525.280	3.751.421
Equipamentos.....	585.711	676.351
Total.....	7.755.797	8.111.926
Seguros contratados: A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2022, as principais apólices e coberturas são como segue:		
	Início	Final
Natureza	Vigência	Vigência
Seguro Garantia - Operações ...	13/08/2022	31/12/2023
		Fator
		442.365
		442.365

18. **Patrimônio Líquido:** a) Capital Social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$1.922.551, representados por 1.922.550.917 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes a Holding do Araguaia S.A. b) Reserva legal: É constituída com base em 5% do lucro líquido ajustado do exercício, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R\$972 (R\$38 em 31 de dezembro de 2022). c) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital: Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva de orçamento de capital é de R\$13.850 (R\$547 em 31 de dezembro de 2021). O referido valor constituído com base no resultado de 31 de dezembro de 2022, será referendado na Assembleia Geral Ordinária que será convocada pela administração para os primeiros quatro meses de 2023. d) Dividendos: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O valor de R\$182 pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, refere-se ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2021, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2022. O saldo de dividendos no valor de R\$4.434, registrado no passivo circulante refere-se ao dividendo mínimo obrigatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e a Companhia tem a expectativa de pagá-lo em menos de doze meses, a depender de deliberação da próxima Assembleia Geral Ordinária. O cálculo dos dividendos é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício.....	18.671	770
Absorção prejuízo exercícios anteriores.....	-	(3)
Lucro líquido do exercício ajustado.....	18.671	767
Reserva legal (5%).....	(934)	(38)
Base de cálculo dos dividendos.....	17.737	729
Proposta da Administração.....	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios contabilizados.....	(4.434)	(182)
Reserva de orçamento de capital.....	(13.303)	(547)

19. **Receita Líquida: Política contábil:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário.....	24.461	-
Pedágio por equipamento eletrônico (a).....	68.795	-
Vale-pedágio.....	21.351	-
Outras.....	2.112	-
	116.719	-
	773.657	19.493
Receita bruta.....	773.657	19.493
Receita bruta.....	890.376	19.493
Deduções de receita bruta.....	(9.687)	-
Receita líquida.....	880.689	19.493
	31/12/2022	31/12/2021

Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio.....	116.719	-
	116.719	-
Deduções		
Cofins (3%).....	(3.502)	-
PIS (0,65%).....	(759)	-
ISS (2% a 5%).....	(5.419)	-
Abatimentos.....	(7)	-
	(9.687)	-

a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.

20. Custos Operacionais - Por Natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal.....	16.363	2.537
Conservação e manutenção e outros.....	2.802	17
Serviços de terceiros (i).....	39.493	4.798
Seguros.....	1.924	697
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 17).....	11.190	2.536
Custo de construção de obras.....	773.657	19.493
Depreciações e amortizações (vide Nota Explicativa nº 10 e 11).....	22.297	116
Locação de imóveis e máquinas.....	2.382	244
Outros custos e despesas operacionais.....	7.059	698
	877.167	31.136

Classificados como:		
Custo dos serviços prestados.....	855.431	24.867
Despesas gerais e administrativas.....	21.736	6.269
	877.167	31.136

(i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

21. Resultado Financeiro:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras.....	46.819	13.486
Outras receitas financeiras.....	278	-
	47.097	13.486

Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures.....	(21.276)	-
Variação monetária sobre debêntures.....	(3.250)	-
Amortização de custo com emissão de debêntures.....	(1.572)	-
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção ...	(619)	-
Pis e Cofins sobre receitas financeiras.....	627	(627)
Juros sobre arrendamentos - CPC06 (R2).....	(878)	-
Juros Capitalizados.....	7.884	-
Outras despesas financeiras.....	(2.946)	(34)
	(22.030)	(661)
	25.067	12.825

Resultado financeiro, líquido.....

22. **Lucro por Ação:** a) **Lucro básico:** O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação.....	18.671	770
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação.....	1.922.551	736.636
Lucro básico por ação das operações continuadas.....	0.01	0.001
b) Lucro diluído por ação: A Companhia não possui dívida conversível em ações.		

23. **Gerenciamento de Riscos E Instrumentos Financeiros:** Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados. **Índice de endividamento:**

	31/12/2022	31/12/2021
Dívida (a).....	1.775.283	1.073.531
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras conta reserva - vinculados.....	(1.327.744)	(1.464.569)
Dívida líquida.....	447.539	(391.038)
Patrimônio líquido (b).....	1.937.373	1.923.136
Índice de endividamento líquido.....	0,23	(0,20)

(a) A dívida é definida como debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente circulante e não circulante, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 13, 14 e 17; (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. **Considerações gerais:** • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 102,3% do CDI em 31 dezembro 2022 (103,1% do CDI em 31 dezembro 2021), refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. • Clientes e Fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado. **Valor justo de ativos e passivos financeiros:** Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e bancos (i).....	6.073	6.073
Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva (i).....	205.750	205.750
Clientes (ii).....	29.859	29.859
Outros Créditos - conta reserva - ANTT (iii).....	1.123.688	1.123.688

	Saldo contábil	Valor justo
Passivos:		
Fornecedores (ii).....	20.896	20.896
Debêntures (iv).....	609.000	-
Passivo de Arrendamento (iv).....	41.601	41.601
Obrigações com Poder Concedente (iii).....	1.123.688	1.123.688
Obrigações com Poder Concedente (iv).....	994	994

	Saldo contábil	Valor justo
Classificação - Valor justo através do resultado		
Phantom Stock Option (v).....	47	47

(i) Os saldos de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras cõnta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (ii) Os saldos das rubricas de "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (iii) Conforme nota explicativa nº 9, o valor refere-se a (i) conta de Aporte de titularidade da Companhia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com a autorização da ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga e aproxima-se do valor justo na data do balanço, e (ii) da retenção de 10% da receita da Companhia, destinadas para a Conta de Ajuste, a serem utilizadas eventualmente como mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro ao longo do contrato de concessão, conforme cláusulas contratuais. (iv) As obrigações com debêntures, passivo de arrendamento e Poder Concedente relativas a verba de fiscalização, estão registradas ao custo amortizado na data do balanço. (v) O valor do Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock estão registrados na rubrica obrigações sociais e trabalhistas. **Gestão de riscos:** A estratégia de gestão de riscos envolve cinco linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência; Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Operacional	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio; Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e Imagem, credibilidade e reputação.
Financeiro	
Compliance	
Reputacional	

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão Individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: • Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e • Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco. A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executada na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente. A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizada predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças. Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional. No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitos a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco "rating" AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$17.310, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de debêntures que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

					4 anos
Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	1 ano	2 anos	3 anos	em diante
Debêntures.....	IPCA + 6,66% a.a.	61.763	43.688	46.092	3.196.929
Passivo de Arrendamento.....	Cte contrato individual	9.669	9.669	5.536	16.727
		71.432	53.357	51.628	3.213.656

Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IPCA, principais indicadores das aplicações financeiras e debêntures:

		Juros a incorrer
Operação	Risco	Cenário I provável
Juros de aplicações financeiras	Alta do CDI (a)	Cenário II -25%
Juros sobre debêntures.....	Alta do IPCA (b)	Cenário III -50%
Juros a incorrer, líquidos.....		16.293
		20.366
		24.440
		(61.182)
		(62.285)
		(63.395)
		(44.889)
		(41.919)
		(38.955)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a).....	12,40%	15,50%	18,60%
IPCA (b).....	5,21%	6,52%	7,82%

Fonte: Relatório da Consultoria LCA - dezembro/2022

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

24. **Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5. b) Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) Transação que não envolvem caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso - CPC06 (R2).....	47.768	-
Outros créditos - Conta reserva.....	51.071	1.072.617
Atualização Monetária - Provisão Construção.....	4.560	-

25. **Informações por Segmento de Negócio:** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro

Continuação			
Conselho de Administração		Diretoria	
Membros Efetivos	MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA) ALBERTO LUIZ LODI RUI JUAREZ KLEIN MAURO OLIVEIRA DIAS DANILLO DE MATOS MARCONDES	Diretor Presidente - RUI JUAREZ KLEIN Diretor Superintendente / Diretor Relação com Investidores - CARLOS EDUARDO AUCHEWSKI XISTO	
Membros Suplentes	RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES DANI AJBESZYC	Contador: HUGO RAFAEL MITZ CRC 1PR050369/O-4 'T' GO	

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 19) A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 11) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 2.310.026 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.	Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se

a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a tais riscos, bem como obtemos evidência significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Homologação da concessão da área do Canecão é publicada no DOU

Leilão ocorreu em fevereiro e vencedor foi o consórcio Bônus-Klefer

AGÊNCIA BRASIL

A homologação da concessão de uso da área do Campus Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em Botafogo, na zona sul do Rio de Janeiro, onde funcionava a antiga casa de shows Canecão, foi publicada na edição desta quinta-feira (16) do Diário Oficial da União (DOU). O texto informa que a permissão é para a “implantação, operação e exploração de equipamento cultural multiúso e dos bens da concessão”, que foi a leilão no último dia 2 de fevereiro.

A elaboração do certame coube ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O vencedor foi o consórcio Bônus-Klefer, composto pelas empresas Bônus Track Entretenimento Ltda e Klefer Produções e Promoções Ltda, com a oferta de R\$ 4,35 milhões. O valor, destacou o BNDES, é cerca de sete vezes superior aos R\$ 625 mil



definidos pelo edital como valor de outorga mínima. Com o prazo de concessão de 30 anos, o total estimado de investimentos obrigatórios chega a R\$ 180 milhões, que devem contribuir para melhorar a infraestrutura acadêmica da UFRJ.

O consórcio vencedor não foi o único a participar do certame. Teve como concorrente empresa W Torre Entretenimento e Participações, em uma disputa intensa. O BNDES in-

formou naquele dia que o resultado só foi conhecido após o oitavo lance em viva-voz.

De acordo com o banco, o projeto prevê “a construção de um complexo cultural integrado por um local para espetáculos com capacidade mínima de três mil espectadores, uma galeria para exposições com pelo menos 320 metros quadrados e uma sala de ensaios com área mínima de 270 metros quadrados”. Além disso, no quarto

ambiente do complexo haverá o Espaço Ziraldo, com área mínima de 430 metros quadrados, destinado a exposições e a apresentações. Os equipamentos, conforme o BNDES, serão compartilhados entre o vencedor do leilão, que vai fazer a exploração comercial, e a universidade.

“A nova direção do Banco quer ampliar as estruturas de projetos junto às universidades e demais instituições

federais de ensino superior”, informou o diretor do BNDES, Nelson Barbosa, em texto publicado no site da instituição.

Em contrapartida, o consórcio terá que construir um restaurante universitário com capacidade para oferecer 2 mil refeições diárias e um prédio acadêmico para cerca de 4 mil estudantes, além da criação de espaços públicos arborizados no entorno.

Já a UFRJ, anualmente, poderá usar o Equipamento Cultural Multiúso por 50 dias, a galeria para exposições e a sala de ensaios por 90 e o Espaço Ziraldo por 275. Depois de concluída a concessão, todos esses empreendimentos culturais passarão para posse da universidade.

“O projeto tem como pilar a valorização do patrimônio histórico e cultural, além da cultura e do lazer, na cidade do Rio de Janeiro. Também busca fortalecer as políticas de permanência estudantil, da pesquisa, do ensino e da extensão universitária da UFRJ”, completou Nelson Barbosa, na nota divulgada pelo BNDES.

DIGITAL pdf

Código do documento 8d04e197-8812-4920-a362-36d7dc07ed9e



Assinaturas



Júlio Nasser Custódio dos Santos
diariodamanha@dm.com.br
Assinou como parte

Júlio Nasser Custódio dos Santos

Eventos do documento

16 Mar 2023, 19:23:35

Documento 8d04e197-8812-4920-a362-36d7dc07ed9e **criado** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email:diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2023-03-16T19:23:35-03:00

16 Mar 2023, 19:24:55

Assinaturas **iniciadas** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email: diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2023-03-16T19:24:55-03:00

16 Mar 2023, 19:25:49

JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS **Assinou como parte** (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3) - Email: diariodamanha@dm.com.br - IP: 187.113.34.135 (187.113.34.135.static.host.gvt.net.br porta: 7260) - [Geolocalização: -16.6498404 -49.223382](#) - Documento de identificação informado: 234.271.401-72 - DATE_ATOM: 2023-03-16T19:25:49-03:00

Hash do documento original

(SHA256):c3e0efae34488a1598301d5c941f4ed5e7b212418876a1ccce92f023d13ac4aa

(SHA512):e18d84bd1a3f55e11cc51472a0e3fa017ab2280c328cb89b3685a0e73401f3670216fd84e9133a9efd85457f3438fff5364770aac5b56f6b5212714ff1a09123

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign